



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**26/01/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARA CRIMINAL.....	2
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3
3.2. CNJ.....	4
3.3. DECISÕES.....	5
3.4. POSSE.....	6
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. PRESIDÊNCIA.....	7
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. JUÍZES.....	8
5.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	9
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. PRESIDÊNCIA.....	10
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. JUÍZES.....	11
7.2. PRESIDÊNCIA.....	12

# Justiça do MA nega habeas corpus a envolvida na morte de líder comunitário

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou, por unanimidade, pedido de habeas corpus em favor de Jéssica Edna Gomes Barros, envolvida na morte do professor e líder comunitário, Pedro Wilson Moraes, conhecido como "Pedro Sardinha".

Vítima de disparos de arma de fogo, Pedro Sardinha foi assassinado, em janeiro de 2015, no bairro

Coroadinho, no prédio onde funcionava o Projeto "Arte na Comunidade", do qual era o presidente.

Presa em flagrante, Jéssica Barros foi denunciada como mandante do crime, praticado por dois adolescentes, os quais estão sendo investigados pela Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI).

A defesa impetrou habeas corpus sustentando que a decisão que decretou a

prisão preventiva não está devidamente fundamentada. Alegou excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal e afirmou que a acusada é ré primária, portadora de bons antecedentes, tem residência fixa e trabalho definido, não oferecendo, por isso, perigo à comunidade.

O relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, não acolheu os argumentos da

defesa, principalmente no que se refere ao excesso de prazo. De acordo com magistrado, é necessário "raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando pela mera soma aritmética de tempo para os atos processuais".

O voto do relator José Bernardo Rodrigues foi seguido pelos desembargadores José Luiz de Almeida e Vicente de Paula.

## ITINGA

# Acusados de homicídio vão a júri popular

A juíza Alessandra Lima, titular da Comarca de Itinga, vai presidir, na quarta e quinta-feira desta semana, duas sessões do Tribunal do Júri. No dia 27, o réu é Sérgio Andrade Marques, acusado de ter matado Elian dos Santos Sousa. Já na quinta-feira, quem sentará no banco dos réus é Iranildo Pereira da Silva, acusado de homicídio praticado contra Luís Simão da Cruz.

Mesma comarca passando por correição, a juíza destaca que as audiências marcadas para o período continuam agendadas. Assim como as duas sessões do Tribunal do Júri agendadas para essa semana. Os prazos processuais estarão suspensos durante a correição, devendo ser retomada a contagem após a conclusão dos trabalhos. “A atividade jurisdicional fica restrita aos casos de urgência e de réus presos”, informa Alessandra.

A correição geral ordiná-



### Comarca de Itinga terá duas sessões de tribunal do júri

ria começou nesta segunda-feira (25) e segue até o dia 17 de fevereiro, com a possibilidade de prorrogação. Na portaria de designação da correição, a juíza ressalta que entre as providências tomadas para a abertura da correição vale observar a forma de divulgação, feita em

rádio local, com o intuito de informar o período correicional e convidar as pessoas em geral para apresentar reclamação ao Judiciário.

A função correicional consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente em todas as unidades jurisdicionais,

secretarias judiciais, serventias extrajudiciais, serviços auxiliares, polícia judiciária, presídios e cadeias, exercida pelo corregedor-geral da Justiça e os juízes corregedores em todo o Maranhão e pelos juízes de direito, nos limites das atribuições.

# TJMA quer melhorias na Justiça de primeiro grau

Em reunião da Presidência com o Comitê de Atenção Prioritária foram debatidos diversos assuntos, entre eles reivindicações de juízes no estado

A implementação de políticas de atenção prioritária à Justiça de base foi assunto da primeira reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) com o Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau, coordenado pela juíza Sônia Amaral, que chefia o Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal.

Entre os assuntos, na primeira reunião com o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, esteve em pauta a pesquisa sobre o nível de satisfação dos juízes com relação às intervenções na estrutura física de fóruns, a necessidade de avançar na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em todas as unidades judiciárias e a me-

lhoria na distribuição de material às Varas Judiciais em todo o estado.

Participaram da reunião, ainda, os integrantes do comitê, juízes Marcelo Moreira, André Bogéa, Júlio Prazeres (auxiliar da Presi-

## Justiça de base foi assunto da reunião

dência) e a servidora da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Josiane Fonseca.

Cleones Cunha reafirmou a necessidade da participação dos magistrados de 1º Grau nos debates

sobre as ações da gestão, e ressaltou a importância do papel do comitê e da oportunidade de tomar conhecimento das reivindicações de juízes e servidores por meio dele para a implementação de políticas com vistas à melhoria do trabalho prestado pelo Juízo de base.

Durante a reunião, a juíza Sônia Amaral revelou que uma pesquisa identificou o grau de descontentamento com relação à execução de obras em diversas unidades judiciárias, e que uma forma de minimizar os problemas seria a manifestação dos juízes por meio de ofício, informando possíveis casos de insatisfações ou incompatibilidades. ●

## **Audiências** de Custódia

O Maranhão se esforça para garantir que as audiências de custódia sejam realizadas nas comarcas onde existem unidades de atendimento da instituição. É de sua importância o protagonismo do Tribunal de Justiça do Maranhão na implantação desse

instrumento, previsto em normas internacionais de proteção aos direitos humanos e cuja efetivação deve acontecer em todos os tribunais do Brasil, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

# Oposicionistas devem ir à Justiça para garantir emendas do Carnaval

Adriano Sarney (PV), Andrea Murad (PMDB), Edilázio Júnior (PV) e Sousa Neto (PTN) devem mover um processo judicial para indicar municípios onde o recurso será investido no período carnavalesco

Fotos/Agência Assembleia

Os deputados de oposição na Assembleia estudam entrar com uma ação na Justiça para ter o direito de indicar emendas ao orçamento do Governo do Estado para o Carnaval.

Diante das notícias de que o governador Flávio Dino (PCdoB) acordou com os aliados que cada um terá direito a R\$ 200 mil para ajudar as festividades carnavalescas nas suas bases, os deputados Adriano Sarney (PV), Andrea Murad (PMDB), Edilázio Júnior (PV) e Sousa Neto (PTN) devem mover um processo para que lhes seja garantido o direito de também indicar onde o recurso será investido.

O objetivo, revelam, é garantir isonomia de tratamento por parte do Executivo e evitar que se repita o que ocorreu em 2015, quando o governo liberou emendas de R\$ 150 mil apenas para os aliados.

“Estamos estudando, sim, essa



Adriano Sarney e Edilázio Júnior evocaram o princípio da isonomia

possibilidade, em virtude das notícias de que o governo vai liberar essa ajuda para o Carnaval, de R\$ 200 mil, mas contemplará apenas os que rezam na cartilha do governo”, declarou o deputado Edilázio Júnior.

No ano passado, ele inaugurou esse tipo de ação, quando conse-

guiu na Justiça uma liminar obrigando o governador a pagar as emendas que ele indicou ao Orçamento de 2015.

Edilázio foi à Justiça após ter constatado tratar-se do único deputado reeleito a não ter as suas emendas pagas pelo governo. A li-

minar foi derrubada pelo desembargador Cleones Cunha, do Tribunal de Justiça, mas o deputado já recorreu ao plenário.

## Isonomia

A *O Estado*, o deputado Adriano Sarney também avocou o princípio da isonomia para confirmar que pode recorrer à via judicial para garantir seu direito de indicar as emendas do Carnaval. Segundo ele, o tratamento igualitário de lideranças políticas por parte do Governo do Estado foi uma das bandeiras do discurso de Flávio Dino até o dia da posse.

“O que queremos é garantir tratamento isonômico. Em um governo autointitulado republicano, não deve existir diferenciação entre deputados”, comentou. ●

Leia mais em [oestadoma.com.br](http://oestadoma.com.br)

---

### **Empossados no TJMA**

Trinta e cinco servidores recém-nomeados para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão participaram de audiência pública para escolha dos locais de lotação seguida de posse coletiva. De 15 a 20 e de 22 a 27 de fevereiro, os empossados passarão por treinamento na sede do Tribunal, em São Luís, para serem capacitados em sistemas administrativos e eleitorais; direitos, deveres e vantagens do servidor.

---



## VISITA INSTITUCIONAL

Com o objetivo de fortalecer as relações interinstitucionais entre a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Poder Judiciário maranhense, a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, visitou, nesta segunda-feira (25), o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/MA), Cleones Carvalho Cunha. Também participaram do encontro, o subdefensor geral Thiago Josino Carrilho de Arruda e o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam). Na ocasião, Mariana Albano agradeceu o apoio que a instituição tem recebido do Tribunal de Justiça, especialmente no que se refere às atuações conjuntas em forças-tarefa realizadas nas unidades prisionais maranhenses, e pelo bom relacionamento entre defensores públicos e juízes que atuam na capital e no interior do estado. "O TJ tem sido parceiro fundamental para a consolidação da Defensoria Pública no estado por reconhecer o compromisso social da instituição na medida em que oportuniza ao cidadão o ingresso de suas demandas no Judiciário. Uma atuação harmônica e cooperativa entre magistrados e defensores torna-se indispensável para a realização da Justiça em tempo hábil e integral", assegurou a gestora.

### Será?

No final de semana espalharam que o juiz de João Lisboa, Marlon Reis, poderia ser candidato a prefeito de Imperatriz. Um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, Reis se filiaria na Rede Sustentabilidade ou no Solidariedade. Mas a autoridade não estaria demons-

trando empolgação com a ideia. Mas pode entrar em 2018, numa disputa pelo Senado. Caso entrasse para prefeito, teríamos dois magistrados como pré-candidatos à sucessão de Madeira. Além dele, a juíza aposentada Maria das Graças Carvalho.

### Olha aí!

De acordo com a proposta de emenda à Constituição PEC 160/2015, políticos eleitos pelo voto majoritário podem ter o mandato revogado caso 5% dos eleitores apresentem uma proposta de referendo revogatório. O referendo seria convocado pela Justiça Eleitoral e, caso mais de 50% dos eleitores votantes decidissem, o eleito perderia o mandato. A proposta tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

# Parabéns à formanda



Parabéns a Vanessa Kelly Monteiro Guimarães, filha do casal Guimarães Filho (Caixa Econômica Federal) e Jacirema Moth Guimarães (Tribunal de Justiça do Estado), que formou-se em Medicina em Belém no último dia 22/12/2015. Sucesso na sua carreira

## Defensora geral faz visita institucional ao Tribunal de Justiça



Com o objetivo de fortalecer as relações interinstitucionais entre a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Poder Judiciário maranhense, a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, visitou, nesta segunda-feira (25), o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/MA), Cleones Carvalho Cunha. Também participaram do encontro, o subdefensor geral Thiago Josino Carrilho de Arruda e o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Na ocasião, Mariana Albano agradeceu o apoio que a instituição tem recebido do Tribunal de Justiça, especialmente no que se refere às atuações conjuntas em forças-tarefa realizadas nas unidades prisionais maranhenses, e pelo bom relacionamento entre defensores públicos e juizes que atuam na capital e no interior do estado. "O TJ tem sido parceiro fundamental para a consolidação da Defensoria Pública no estado por reconhecer o compromisso social da instituição na medida em que oportuniza ao cidadão o ingresso de suas demandas no Judiciário. Uma atuação harmônica e cooperativa entre magistrados e defensores torna-se indispensável para a realização da Justiça em tempo hábil e integral", assegurou a gestora.

Recentemente empossado para dirigir o Tribunal durante o biênio 2016/2017, Cleones Cunha destacou a expansão territorial da DPE e a importância da presença da Defensoria em todas as 116 comarcas maranhenses como fundamental mecanismo de garantia do acesso universal e igualitário de todos à Justiça. "Tenho acompanhado o crescimento da Defensoria Pública nos últimos anos e sei que está bastante adiantada em relação a outros estados. Espero que, em breve, a instituição esteja em todas as comarcas, já que é fundamental instrumento de acesso à Justiça. Os defensores públicos podem contar conosco, pois estaremos sempre ao seu lado", frisou Cunha.

Durante a conversa, Mariana Albano e Thiago Josino destacaram os números do crescimento da DPE/MA nos últimos anos, em virtude da elevação do número de defensores e aumento de comarcas atendidas. Atualmente, a DPE conta com 141 defensores públicos, para uma população de 6,8 milhões de maranhenses. Das 116 comarcas, a Defensoria Pública mantém unidades de atendimento em 35 delas, o que equivale a 27,59%. Ao final do encontro, Cleones Cunha entregou um exemplar da revista do TJ alusiva às comemorações de 200 anos da instituição.

Em Mirador

# Justiça rejeita denúncia contra motorista que bateu em poste

Em um caso inusitado da Justiça maranhense, o juiz Eilson Santos da Silva, titular da Comarca de Mirador, rejeitou uma denúncia de homicídio culposo oferecida pelo Ministério Público. Na ação, versa o MP que Domingos Bandeira Barros, ao derrubar um poste de energia elétrica, teria sido o causador da morte de uma pessoa que falava a um celular ligado à tomada.

Narra na denúncia que o acusado teria comprado um porco em uma localidade do município e, enquanto esperava o animal ser morto e pelado, ele teria ingerido quatro cervejas. Ao sair do local, ele teria parado no Povoado Santana, ingerindo mais um copo de cerveja. Ao chegar no Morro da Onça, Domingos teria perdido o controle do carro e batido em poste. Ato contínuo, uma pessoa falava ao celular ligado em uma tomada, numa casa próxima ao acidente, vindo a falecer pela descarga de energia.

“A causa exterior à vontade do agente – toque nos fios da rede de alta tensão com os de baixa e a vítima falando ao celular com carregador conectado à tomada – enquadra-se naquilo que a doutrina denomina como concausa, ou seja, um fator estranho ao comportamento do agente, que se insere no processo dinâmico, de modo que o

resultado é diferente do que seria esperado em face do referido comportamento”, disse o magistrado, citando especialistas em psicologia forense e casos similares.

E segue: “No caso em tela, não há dúvidas que a causa mortis – toque dos fios das duas redes e a conversa ao telefone com este conectado à tomada – não se insere no caminho da conduta primitiva – bater o veículo contra o poste de energia elétrica –, o que implica em afirmar que estamos diante de uma causa relativamente independente que, por si só, causou o resultado.

Ao falar de nexos causal, o juiz ressalta que “não se encontra no desdobramento natural da conduta o fato de o agente ter ido a óbito em razão de, no momento da colisão, está falando ao telefone conectado à tomada.

Tanto assim o é, que nenhuma outra pessoa foi atingida pela descarga elétrica, mas somente a vítima em razão de sua peculiar situação no momento do ocorrido”.

E conclui: “Na espécie, consoante exposto, a atipicidade da conduta do agente, no tocante à imputação de homicídio culposo, é patente, não existindo justa causa para o prosseguimento da ação penal”.

## Defensora geral visita o TJMA

Com o objetivo de fortalecer as relações interinstitucionais entre a

Divulgação



Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Poder Judiciário maranhense, a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, visitou nesta segunda-feira (25) o presidente do Tribunal de Justiça (TJ/MA), Cleones Carvalho Cunha. Também participaram do encontro, o subdefensor geral Thiago Josino Carrilho de Arruda; e o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, diretor da Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam). Na ocasião, Mariana Albano agradeceu o apoio que a instituição tem recebido do Tribunal de Justiça, especialmente no que se refere às atuações conjuntas em forças-tarefa realizadas nas unidades prisionais maranhenses, e pelo bom relacionamento entre defensores públicos e juízes que atuam na capital e no interior do estado. “O TJ tem sido parceiro fundamental para a consolidação da Defensoria Pública no estado por reconhecer o compromisso social da instituição na medida em que oportuniza ao cidadão o ingresso de suas demandas no Judiciário. Uma atuação harmônica e cooperativa entre magistrados e defensores torna-se indispensável para a realização da Justiça em tempo hábil e integral”, assegurou a gestora.